



ARTIGO ARTICLE

Além da moral dicotômica? Discursos, rupturas, e aberturas feministas nos campos de estudos e ativismos sobre aborto e prostituição¹

Beyond Dichotomous Morality? Feminist Discourses, Ruptures, and Openings in the Fields of Abortion and Prostitution Studies and Activism

¿Más allá de la moral dicotómica? Discursos, rupturas y aperturas feministas en los campos de estudios y activismos sobre aborto y prostitución

■ Mariana Prandini Assis²

e-mail: mariana.assis@unb.br

■ Laura Rebecca Murray³

e-mail: lauramurray@nepp-dh.ufrj.br

Resumo

Como ir além das moralidades e dicotomias que atravessam estudos, movimentos feministas e políticas públicas sobre aborto e prostituição? Ambos estão no centro de debates acalorados sobre sexualidade desde os anos 1970, mobilizando questões centrais de autonomia, poder e consentimento. A partir de etnografia e análise de discursos, investigamos como ativistas pelos direitos das prostitutas e pelo aborto autônomo desafiam classificações entre “sexo/aborto bom” e “sexo/aborto ruim” e afirmam experiências que escapam a esses enquadramentos. Analisamos também os limites dos discursos de saúde e segurança pública, especialmente na produção de “vítimas ideais”. Concluimos que esses activismos tensionam dicotomias, enfrentam estigmas e apontam caminhos mais complexos e emancipatórios para a política sexual e reprodutiva.

Abstract

How can we move beyond the moralities and dichotomies that shape scholarship, feminist movements, and public policy around abortion and prostitution? Both topics have been at the center of heated debates on sexuality since the 1970s, raising fundamental questions about autonomy, power, and consent. Drawing on ethnography and discourse analysis, we examine how sex workers' rights activists and feminist self-managed abortion activists challenge classifications of

Palavras-chave: aborto, prostituição, feminismos, direitos sexuais e reprodutivos.

Keywords: *abortion, prostitution, feminisms, sexual and reproductive politics.*

Palabras clave: *aborto, prostitución, feminismos, política sexual y reproductiva*

¹ As autoras contribuíram igualmente para a concepção, redação e revisão do manuscrito e compartilhar a primeira autoria do texto.

² Universidade de Brasília (UnB), PhD em Política pela New School for Social Research.

³ Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), PhD em Ciências Sociomédicas pela Columbia University.

“good/bad sex” and “good/bad abortion,” while affirming experiences that escape such frameworks. We also analyze the limits of public health and public security discourses, particularly in the production of “ideal victims.” We conclude that these forms of activism unsettle dichotomies, confront stigma, and point toward more complex and emancipatory approaches to sexual and reproductive politics.

Introdução

Em novembro de 2008, Gabriela Leite, uma das fundadoras do movimento brasileiro de prostitutas e da organização não-governamental Davida: Prostituição, Direitos Civis e Saúde, encontrou-se em Washington D.C com representantes da *National Organization of Women* (NOW). Emblemática da história do feminismo estadunidense e associada à chamada “segunda onda”, a NOW teve como uma de suas principais bandeiras o lema *“equal pay for equal work”* (salário igual para trabalho igual). Gabriela apresentou-se como “uma prostituta e uma feminista”, provocando surpresa e desconforto. O clima mudou, contudo, quando mostrou uma foto do vestido de noiva da Daspu, grife criada pela Davida em 2005. Feito apenas com lençóis de motéis do Rio de Janeiro, o vestido provocou risos e até o desejo de organizar um desfile. Todas concordaram: o casamento heteronormativo, esse sim, merecia ser ressignificado.



Figura 1. Jane Eloy no vestido de noiva da Daspu na Conferência Nacional de DST/AIDS em Belo Horizonte/MG, Brasil, 2006. Foto de Leandro M. Perez.

Artigo Article

Gabriela e Laura saíram da reunião refletindo sobre o poder do vestido de noiva de aproximar pautas do feminismo *mainstream* e do movimento de prostitutas. Por que, no campo feminista, é mais fácil problematizar ideias de sexo “bom” do que ressignificar o sexo “ruim”? Por que se criticam com mais facilidade normas sexuais tradicionais do que se afirmam positivamente práticas marcadas pelo estigma e pela ambivalência moral? Inspiradas pelo “círculo encantado” e pelos “limites exteriores” de Gayle Rubin (1984), neste artigo perguntamos o que essas categorias de “bom” e “ruim” produzem e reforçam. Argumentamos que elas organizam fronteiras de respeitabilidade, legitimidade e reconhecimento, definindo quais sujeitos, práticas e relações aparecem como defensáveis no interior do campo feminista e além dele, nas leis e nas políticas públicas.

Investigamos essas questões por meio de etnografia e da análise de fontes documentais, midiáticas e visuais, tendo como base nossos trabalhos como pesquisadoras-ativistas pela liberdade reprodutiva e pelos direitos das prostitutas nas Américas.⁴ Partimos de duas observações. Primeiro, nos estudos e ativismos sobre prostituição e aborto, há maior consenso em torno do que chamaremos de “sexo bom” e “aborto bom”, ou seja, sujeitos e práticas traduzíveis nos termos da respeitabilidade, da dor compreensível ou da vítima reconhecível são mais facilmente defendidos. Essas dicotomias jurídico-políticas organizam relações desiguais de reconhecimento, proteção, regulação e tolerância, produzindo sujeitos legítimos enquanto outros são mantidos sob suspeita. Segundo, ativistas pelos direitos das prostitutas e pelo aborto autônomo feminista questionam criativamente essas dicotomias. Seus ativismos reconhecem e desestabilizam muitas das contradições que atravessam sexualidade e reprodução, deslocando enquadramentos que produzem hierarquias morais e recusando a vítima ideal como condição de legitimidade de suas demandas.

A partir do aprendizado com esses ativismos, sustentamos que a política feminista deve ser compreendida como espaço de conflito, contradição e complexidade. Em vez de buscar consensos moralmente purificados ou palatáveis, é preciso reconhecer o dissenso, a ambivalência e a ambiguidade como seus elementos centrais. Maria Lugones (1994) ensina que política e resistência não avançam pela supressão dessas tensões, mas pela capacidade de torná-las visíveis e de fazer da ambiguidade e da “impureza” uma força contra lógicas de controle. Examinamos como puta-ativistas têm complicado e rompido com dicotomias em torno de papéis de gênero e sexualidade, e como ativistas pelo aborto autônomo desafiam as noções de aborto “bom” e “ruim” ao colocar em prática a ideia radical de que “o aborto é de quem aborta” (Ruth Zurbriggen, ativista de *Socorristas en Red*, entrevista realizada em 2023).

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, revisamos a literatura sobre as dificuldades dos movimentos feministas em promover enquadramentos afirmativos nos

⁴ Laura atua como pesquisadora, ativista e documentarista junto ao movimento brasileiro de prostitutas no Brasil desde 2004; Mariana, como pesquisadora e advogada popular junto ao movimento transnacional pelo aborto livre desde 2016. Essa inserção prolongada e engajada nos permite participar de formas de produção de conhecimento e elaboração política que frequentemente escapam aos enquadramentos acadêmicos e jurídicos dominantes.

campos da sexualidade e da reprodução. Analisamos também como são produzidas as dicotomias “sexo bom/sexo ruim” e “aborto bom/aborto ruim”, bem como a figura da “vítima ideal” que torna certas reivindicações legíveis ao mesmo tempo que coloca outras sob vigilância, sujeitando-as até mesmo à repressão. Na segunda parte, mostramos como os ativismos das prostitutas e das feministas pelo aborto autônomo desafiam essas dicotomias e categorias fixas, acolhendo contradições e forjando práticas políticas capazes de (con)viver com elas. Concluímos com algumas pistas para uma política feminista emancipatória aprendidas com esses ativismos.

Feminismos, sexualidade e reprodução, direitos e liberdade

Refletindo sobre as dificuldades que o movimento feminista encontrou para incluir uma linguagem afirmativa na definição dos direitos sexuais no Parágrafo 96 da declaração da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim (1995), Rosalind Petchesky pergunta: “Por que é tão mais fácil declarar a liberdade sexual de forma negativa, e não em um sentido positivo e emancipatório? Por que é mais fácil chegar a um consenso sobre o direito de não ser objeto de abuso, exploração, estupro, tráfico ou mutilação, mas não sobre o direito de usufruir plenamente de seu próprio corpo?” (Petchesky, 1999, p. 24). Pergunta semelhante poderíamos formular em relação ao enquadramento conferido ao aborto nas conferências internacionais dos anos 1990. Isso porque tanto as práticas sexuais quanto o aborto são organizados por regimes normativos que têm mais facilidade em reconhecer vítimas (uma gramática do dano) do que sujeitos autônomos (uma gramática da liberdade).

Há décadas, o aborto inseguro figura entre as principais causas de mortalidade materna e constitui objeto privilegiado de advocacy por parte de movimentos e organizações feministas em escala global. A partir dos anos 1990, um novo enquadramento normativo e político ganhou força: o aborto inseguro passou a ser tratado como um problema global de saúde pública cuja erradicação se impunha como prioridade. Expressões recorrentes em publicações difundidas na área, como “o flagelo silencioso do aborto inseguro” e “a pandemia evitável do aborto inseguro”, ilustram bem esse deslocamento (Grimes, 2003; Grimes et al., 2006). Ao reunir evidências sobre a extensão do fenômeno e seus efeitos devastadores, mensurados em mortes e invalidez de mulheres, essa literatura contribuiu de modo decisivo para inscrever o tema na agenda de desenvolvimento e política de saúde global.

O ativismo feminista pelo direito ao aborto teve papel central na consolidação desse reconhecimento e passou a defender a reforma de legislações restritivas a partir dos danos do aborto inseguro, amplamente documentados: danos físicos e psíquicos às pessoas que a ele recorrem e custos significativos para os sistemas públicos de saúde. Em vez de ser afirmado primordialmente como um direito ligado à autonomia, à liberdade e à dignidade individual, o aborto foi progressivamente inscrito, por setores do feminismo e instituições nacionais e internacionais, em uma gramática negativa, marcada pela mortalidade, morbidade, tragédia e sofrimento. Esse enquadramento em saúde pública foi, ao mesmo tempo, estrategicamente eficaz e normativamente limitante: tornou o aborto

Artigo Article

inteligível para a governança internacional, mas deslocou-o do terreno da liberdade e da autodeterminação para o da gestão de danos e riscos individuais (Erdman, 2016).

Petchesky (1999) enfatiza a importância de reconhecer direitos sexuais e direitos reprodutivos como direitos humanos, ao mesmo tempo em que observa que o foco em proteções de abusos e danos, ao invés de promover a autonomia, produz a consequência não intencional de reforçar visões fundamentalistas sobre as mulheres como fracas e vítimas, visões essas também responsáveis por impedir uma perspectiva mais afirmativa sobre direitos. Ou seja, trata-se de uma gramática de direitos baseada na vulnerabilidade reconhecível que tem consequências políticas sérias: alguns sujeitos e experiências se tornam defensáveis porque podem ser apresentados como sofrimento, coerção ou tragédia; outros permanecem mais difíceis de legitimar quando se apresentam em termos de prazer ou recusa das normas hegemônicas. Petchesky (1999) observa ainda que muitas dessas dificuldades encontradas nas esferas de conferências e instituições internacionais também aparecem dentro de movimentos feministas em seus contextos locais.

Para bell hooks (2000, p. 89), foram justamente os debates públicos e complexos sobre liberdade sexual, especialmente no contexto do sadomasoquismo lésbico, que “arrasaram” o movimento feminista. hooks argumenta que a interseção entre prazer, sexualidade, perigo e poder é atravessada por contradições e, diante da impossibilidade de alcançar consenso sobre essas questões, sobretudo em contextos nos quais “dinâmicas de poder e submissão evocadas no cenário sexual desfizeram noções simplistas sobre opressor e oprimida” (hooks, 2000, p. 89), o movimento feminista passou a se concentrar, cada vez mais, em temas considerados menos controversos, como a violência sexual.

Quinze anos antes da publicação de Petchesky (1999) e hooks (2000), Gayle Rubin e suas colegas do Seminário de *Barnard College* sobre Prazer e Perigo (Vance, 1984) também chamavam atenção para as dificuldades dos movimentos feministas em lidar com prazer e poder. No texto então apresentado, que mais tarde seria uma referência no campo de estudos sobre sexualidade, Rubin (1984) apontou como a separação entre “sexo bom” (heterossexual, casal, monogâmico, reprodutivo e não-comercial) e o “sexo ruim” (homossexual, não casado, promíscuo, não procriativo, comercial, entre gerações, com pornografia, sadomasoquista) serve à criminalização, desenvolvendo críticas, também atuais no Brasil (Piscitelli, 2022; Corrêa et al, 2021), sobre como movimentos feministas e o Estado reproduzem discursos e ações que moralizam e reprimem a sexualidade.

Ao buscar compreender por que as putafeministas no Brasil passaram a atrair tanta raiva de setores do campo feminista nacional, Adriana Piscitelli (2022) observa que os embates se intensificaram justamente em um contexto marcado pela expansão da extrema direita, a partir de 2010, pela realização de megaeventos esportivos, entre 2014 e 2016, e pela incorporação de discursos transnacionais sobre a chamada “cultura do estupro.” Piscitelli chama atenção para o paradoxo de que esses discursos contra a violência sexual muitas vezes mobilizam falas extremamente violentas contra trabalhadoras sexuais, tanto nas redes sociais quanto em eventos presenciais. Publicado em 2018, o livro Putafeminista, da prostituta, escritora e ativista Monique Prada, pode ser lido, em muitos sentidos, como uma resposta-manifesto a esse contexto e aos ataques por ela sofridos nas redes

sociais, inclusive por parte de feministas.

Ao mesmo tempo, houve um movimento paralelo na postura do Estado frente à prostituição. As leis sobre prostituição no país - onde não é ilegal comprar ou vender sexo, mas o entorno da prostituição é criminalizado - permitem um espaço de ambiguidade estratégica, ou seja, a lei é usada para assegurar, como uma delegada de polícia disse a Laura, que a prostituição faz “mais bem do que mal” (Murray 2015). A fala da delegada é ilustrativa da lógica utilitária de controle que até os anos 2010 operou dentro do que Sonia Corrêa e coautores chamaram de “uma aparente neutralidade” (Corrêa et al, 2021) e, mais tarde, passou a ser diretamente influenciada por discursos abolicionistas e moralistas. Ações estatais violentas em áreas de prostituição, promovidas no contexto da Copa do Mundo em 2014, e a censura da campanha “Eu sou feliz sendo prostituta”, pelo Ministério da Saúde em 2013 (Leite et al 2015), são ilustrativas deste deslocamento para posições mais abertamente repressivas. Discursos sobre tráfico, exploração sexual e proteção das mulheres passam a predominar nas políticas governamentais, resultando na dissolução de projetos afirmativos dos direitos das trabalhadoras sexuais que tinham sido construídos nas décadas anteriores por meio de diálogo entre os movimentos de prostitutas e atores estatais (ABIA; Davida, 2013).

Esses embates e dificuldades dentro das estruturas estatais e dos movimentos feministas estão longe de ser apenas um produto dos tempos atuais no país (Corrêa et al, 2021; Donini et al., 2025), mas, como temos argumentado aqui, no contexto político latino-americano, ganharam nova intensidade a partir de 2010 (Piscitelli, 2022; Corrêa, 2018). Nesta configuração de uma extrema direita que não apenas pressionou, mas sufocou e atacou com veemência o campo dos direitos sexuais e reprodutivos, consolida-se uma figura mobilizadora nos discursos sobre a prostituição e aborto: a vítima ideal.

No Rio de Janeiro, a Laura acompanhou de perto o caso de uma prostituta que denunciou violência policial cometida nas vésperas da Copa do Mundo, em 2014, e foi “acolhida” por um centro para mulheres vítimas de violência (Murray, 2014). O fato da violência contra ela ter sido cometida por agentes estatais, e não em um contexto de violência doméstica, foi usado como um impedimento para que tivesse acesso a benefícios e serviços para vítimas. Seu local de trabalho tinha sido destruído e interditado pela polícia e ela vinha sofrendo ameaças por ter denunciado a violência; portanto, não poderia trabalhar. Mãe de três filhos que estudavam em escola privada e faziam aulas de judô e balé, a “solução” proposta foi obter da própria mãe, avó das crianças, uma declaração de que ela havia desaparecido por três meses sem deixar suporte para os filhos. Diante disso, o Estado entregaria a guarda das crianças para a avó, que teria então “direito” ao auxílio do Programa Bolsa Família e uma chance no Programa Minha Casa Minha Vida. Além de tentarem enquadrá-la como uma “má mãe”, também a aconselharam a deixar o ativismo, “que não levaria a nada, nem mudaria o mundo.”

O que nos interessa aqui é a relação entre os aspectos moralizantes desses discursos e o acesso a direitos, pois quando performados, os discursos da vitimização são úteis para desviar os olhos do público e das políticas públicas das situações de violência resultantes não diretamente do exercício da profissão, mas de sua ilegalidade, repressão e cri-

Artigo Article

minalização. Carole Vance denomina a utilização deste tipo de dispositivo no contexto do tráfico como “melodrama”, ou “uma técnica brilhante e familiar para desviar o olhar da complexidade e da contradição, oferecendo um substituto simplificado e emocionalmente cativante” (Vance, 2011, p. 940). No contexto brasileiro, Thaddeus Blanchette e Ana Paula da Silva (2013, p. 15) argumentam que este melodrama gira em torno do “Mito de Maria”, uma narrativa racializada e perpetuada em pesquisas e canais de mídia populares, que simplifica trajetórias complexas e estabiliza a figura da vítima perfeita, apagando mediações econômicas, ambivalências sociais e formas de agência individual.

No campo do aborto, opinião pública, leis e parte dos ativismos feministas reproduzem uma lógica semelhante à da vítima ideal sem agência: tanto a prostituta quanto quem aborta tornam-se mais defensáveis quando desagencializadas. Para Paula Abrams (2015), o aborto é mais aceitável quando quem aborta aparece como vítima de circunstâncias fora de seu controle. O status moral perdido seria recuperado apenas por meio de narrativas trágicas, nas quais “não há uma decisão moralmente correta porque todas as opções são vistas como ruins” (McKinney, 2019, p. 267). Essa desvalorização das decisões que desafiam a maternidade como bem social inevitável e definidor da feminilidade assenta-se em estereótipos de gênero que estigmatizam e negam agência moral a quem aborta.

Tais estereótipos distinguem a “má mãe”, que aborta por interesse próprio, da “boa mãe”, vítima ideal que não teria outra escolha, e orientam a regulação contemporânea do aborto. Em regimes criminalizantes, ele é banido ou admitido apenas em circunstâncias excepcionais; mas, mesmo em contextos liberais, persistem limites gestacionais. A lei incorpora a premissa de que as mulheres seriam incapazes de decidir racionalmente interromper uma gestação e recusar a maternidade, bem como a expectativa de que sentirão remorso ao conhecerem “a ‘verdade’ sobre o aborto” (Abrams, 2015, p. 185). Estado e sociedade deveriam, assim, protegê-las das consequências danosas de suas decisões, entre elas a suposta “síndrome do sofrimento pós-aborto”. O direito assume uma função paternalista: protege a pessoa que gesta não contra terceiros, mas contra sua própria agência.

Na América Latina, essa distinção entre abortos “bons” e “ruins” pode ser reforçada pelos próprios ativismos em campanhas pela adoção e implementação de permissivos legais (O’Connel, 2017). Essas estratégias produziram avanços concretos, como em relação à anencefalia no Brasil e à violência sexual no Equador. Contudo, ao não questionarem a premissa que hierarquiza os abortos, os ativismos podem permanecer confinados à própria dicotomia (O’Connel, 2017, p. 131). No caso brasileiro da anencefalia, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal não falou de aborto, mas adotou a estrutura nominal “antecipação terapêutica de parto”, empregada no pedido que deu início ao processo, construído pelo então advogado Luís Roberto Barroso com organizações feministas. Como mostra Lúcia Gonçalves de Freitas (2018, p. 25), essa linguagem exclui “veementemente o tópico aborto voluntário”. Discursos como esses são ambivalentes: ampliam direitos, mas podem também consolidar a estrutura normativa que exclui sujeitos e práticas que não se enquadram nos casos considerados legítimos (Assis; Santos, 2024).

Essa ambivalência aparece na campanha feminista irlandesa *Together for Yes* (TfY), organizada para revogar a 8a Emenda constitucional que bania o aborto no país. Ao di-

rigir-se à “Irlanda média”, a campanha reforçou a imagem do “bom aborto”, realizado em caso de anomalia fetal por “uma mulher branca de classe média que em qualquer outra circunstância teria a criança” (Bodelson, 2023, p. 89). O enquadramento da compaixão afastou o aborto da linguagem dos direitos fundamentais e reafirmou a oposição entre abortos “bons” e “ruins”. Além de excluir quem não correspondia ao sujeito feminino universal – branca, irlandesa e de classe média –, essa narrativa contribuiu para legitimar uma legislação hoje criticada pelas inúmeras barreiras que impõe, incluindo limite gestacional, aconselhamento e tempo de espera.

A resistência a interrogar essa distinção torna-se ainda mais evidente nos debates sobre limites gestacionais. Como Mariana observou em espaços de articulação feminista, há relutância em discutir e legitimar os chamados “abortos em gestação avançada”. Embora exista certo consenso em torno do aborto a pedido até 12, 14 ou, em alguns círculos, 24 semanas, o terceiro trimestre permanece marcado pelo silêncio. Para Erica Millar (2022, p. 455-56), isso invisibiliza a pessoa involuntariamente gestante, que “experimenta o tempo gestacional não por conceitos abstratos, como viabilidade fetal ou desvio psicossocial, mas como ameaça à sua integridade física e a seu futuro imaginado”. Essa pessoa deseja um aborto considerado “ruim” e é frequentemente convertida, pelo direito, pela sociedade e por setores do próprio ativismo, em desvio a ser apagado de uma trajetória supostamente consensual e linear de garantia de direitos. Como sintetiza Claire McKinney (2019), narrativas que justificam casos específicos para resguardar o status moral de quem aborta podem, em vez de combater o estigma, participar de sua produção e manutenção.

Prostituição e aborto são, assim, atravessados por regimes de tolerabilidade e proteção seletiva, nos quais o acesso a direitos depende de uma mediação moral que distingue sujeitos defensáveis de sujeitos excessivos, ambíguos ou indesejáveis. São mais facilmente protegidas as pessoas apresentadas como vítimas, enquanto aquelas cuja agência desafia normas de sexualidade e maternidade permanecem mais vulneráveis à repressão, ao silenciamento e ao estigma. As dicotomias entre prostituta “boa” e “má”, e entre aborto “bom” e “ruim” operam, portanto, como dispositivos regulatórios que distribuem desigualmente legitimidade, proteção e direitos. Na próxima seção, discutimos como os movimentos de prostitutas e as feministas pelo aborto autônomo recusam essa lógica, reinscrevendo sujeitos ambíguos como sujeitos políticos legítimos e criando espaços de reconhecimento, cuidado e direitos.

“Somos más, podemos ser piores”: Desconstruindo as dicotomias

“Somos más, podemos ser piores” é uma das camisetas mais requisitadas da *Daspu* e emblemática da essência provocativa e determinada do movimento, que inverte o estigma ao afirmar que ser prostituta é um direito sexual. O movimento brasileiro de prostitutas começa a partir de uma parceria entre Gabriela Leite, do Rio de Janeiro, e Lourdes Barreto, de Belém de Pará, quando, em meados dos anos 1980, elas defenderam que as prostitutas precisavam falar por si mesmas em um encontro organizado pela Pastoral da Mulher Marginalizada, recusando enquadramentos que condicionavam apoio à posição de vítima

Artigo Article

(Leite, 2009; Barreto, 2023). Em 1987, realizariam seu primeiro encontro nacional no Circo Voador do Rio de Janeiro, um símbolo da resistência e contracultura na redemocratização. Para Gabriela (2009, p. 149), era o “momento certo”, no qual “a sociedade precisava dar um grande passo em relação à puta. Nós fomos abrindo caminho, saímos do escuro para praticamente um estrelato”.

Caminhos foram sendo abertos em diversos espaços e dois anos depois, no Encontro Prostituição & Aids, promovido pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) no Rio de Janeiro, Gabriela e Lourdes também estavam presentes, ambas agora assessoras do ISER no Programa Prostituição e Direitos Civis. A fala de Gabriela, publicada no jornal do movimento *Beijo da rua*, mostra uma revolta com posturas de autoridades, sobretudo profissionais de saúde: “Senti que as pessoas estavam distantes de tudo o que os médicos estavam falando e que não gostaram, é claro, do debate exclusivo entre eles. Daí, na manhã seguinte, voltei com um vestido preto decotado, sapatos de salto, maquiagem exagerada e falei da minha vida” (Lenz, 1990). Ao “sair do escuro”, com trajes e maquiagem provocantes, como narrou Gabriela, as prostitutas afirmaram seu lugar na definição de políticas públicas em seus próprios termos, criticando autoridades médicas e políticas como instâncias exclusivas de saberes.



Figura 2. Capa do jornal *Beijo da rua* de 2003 em protesto à postura da Igreja Católica sobre o uso da camisinha

Essa afirmação marcou a resposta do movimento brasileiro de prostitutas à epidemia de HIV/AIDS, que se tornou uma referência internacional pelo protagonismo das prostitutas, pela luta contra o estigma e pela construção de respostas baseadas em direitos humanos e respeito à profissão (Leite; Murray; Lenz, 2015). A combater sua categorização como vetores de doenças e/ou vítimas de opressão, as prostitutas abriram espaço para seu reconhecimento e organização política no Brasil, e enfrentaram, sem rodeios, diferentes estruturas de poder, denunciando hipocrisias em torno da sexualidade de forma direta, lúdica e criativa (Leite, 2008; Donini et al, 2025). A capa do *Beijo da rua* de 2003, com a frase, “Pecado é não usar”, é ilustrativa desta dinâmica (Figura 2). A imagem é de uma campanha produzida para a televisão, junto com outros movimentos na luta contra a Aids, denunciando a Igreja Católica por sua posição contra o uso do preservativo. Nela, inverte-se o significado da palavra pecado: pecado não é o sexo “ruim”, pecado é posicionar-se contra o uso do preservativo (seja a Igreja ou um cliente). Por meio do conflito, foram também construídas relações produtivas com o governo federal que levaram a campanhas, hoje talvez impensáveis, de respeito à profissão. A personagem “Maria Sem Vergonha” (Figura 3), resultado de uma parceria entre o Ministério da Saúde e a Rede Brasileira de Prostitutas em 2002, afirmava, em etiquetas distribuídas em zonas de prostituição de todo o país, “Sem vergonha de ser prostituta” e “Sem vergonha de lutar por meus direitos”.



Figura 3: Campanha “Maria Sem Vergonha” do Ministério da Saúde. 2002.

Artigo Article

Como já discutido, o contexto político mudou drasticamente ao longo da década de 2000, e o movimento também ajustou suas estratégias frente a reduções em financiamento e ao afastamento do governo federal de suas pautas afirmativas de direitos sexuais. Em resposta à violência policial no contexto da Copa do Mundo relatada na seção anterior, *Daspu* organizou um desfile-passeata que começou no prédio onde a violência ocorreu em Niterói, e terminou em uma “pelada” em frente à Câmara Municipal da cidade [Figura 4]. Vestindo camisetas com frases como “Eu jogo pelada”, “Zona Padrão Fifa” e “Mete para dentro, Seleção”, ativistas da *Daspu* ocuparam as vias principais da cidade com faixas afirmando que “Prostituição não é crime” e “Não queremos ir para Bangu”⁵, confrontando com ironia, humor e seriedade, estruturas de poder desde à FIFA ao Ministério Público. A ação foi ainda organizada como um “Putá Dei”, nome dado pelo Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), fundado em Belém do Pará por Lourdes Barreto, para eventos que marcam o dia 2 de junho, o Dia Internacional das Prostitutas.



Figura 4: “Pelada” da *Daspu* em frente à Câmara Municipal de Niterói em protesto à violência policial. Maio 2014. Foto de Laura Murray.

Esses exemplos mostram uma renegociação estratégica de subjetividades e uma forma de resistência contra o estigma e o confinamento a espaços e discursos institucionais que é característica do movimento brasileiro de prostitutas. Gabriela e Lourdes cons-

⁵ Um conjunto de unidades prisionais do Rio de Janeiro, onde algumas prostitutas em Niterói foram presas em ações consideradas ilegais, em abril de 2014 (veja Murray 2014).

truíram, junto com suas colegas, uma política que alternava entre zonas de prostituição e zonas de políticas públicas, bem como entre projetos de saúde e de direitos humanos financiados pelo Estado brasileiro e por fundos estrangeiros. A natureza fluida, flexível e, às vezes, contraditória de seus ativismos rompeu (e continua rompendo) com paradigmas normativos de sexualidade e mobilização social, ao priorizar a formação e a manutenção de alianças, na maioria das vezes construídas através do conflito, mas outras vezes *apesar* de diferenças políticas.

Olívar (2013, p. 313) propõe pensar a “putaria como potência” e a puta como um poder fugitivo, capaz de alternar entre campos subjetivos considerados contraditórios. Essa potência se materializa em estratégias do movimento que borram fronteiras e dão visibilidade a contradições. A *Daspu*, por exemplo, transforma a passarela em espaço emancipatório e a prostituição em lugar de celebração, reconhecendo prostitutas como produtoras – e não objetos – de conhecimento, sátira e ironia. Laura tem chamado essa forma de fazer política de *puta politics* (Murray, 2015), conceito inspirado na filosofia política de Gabriela Leite: uma política baseada na fluidez, na alegria dos bares e das ruas, e capaz de seguir, como ela escreveu em uma de suas primeiras colunas do *Beijo da rua*, citando Manuel Bandeira, “todos os ritmos, sobretudo os inumeráveis”.

É uma forma múltipla, simultânea, desobediente e adaptável de fazer política. Trata-se menos de afirmar uma identidade estável do que de produzir mobilidade, ironia, deslocamento e saber situado. Como pute ativiste Indianara Siqueira frequentemente fala, “é lutar contra tudo que é imposto”. Em desfiles da *Daspu* e até nas parcerias históricas com o Ministério da Saúde, a intenção é lutar contra noções preconceituosas e preconcebidas do trabalho sexual, e ressignificar discursos sobre a prostituição, na passarela e no posto de saúde. É justamente a capacidade de alternar entre campos subjetivos considerados contraditórios (putas, mães, educadoras, ativistas, professoras, etc.) que permite “jogar” sem perder a legitimidade.

Discussões sobre desigualdade, liberdade e autonomia estão no centro dos debates feministas sobre prostituição e aborto. Ambos os campos compartilham contextos de criminalização em que leis e discursos moralizantes recaem desproporcionalmente sobre mulheres racializadas e empobrecidas. Por isso, tanto o movimento de prostitutas quanto as feministas pelo aborto autônomo produzem alternativas políticas que não passam pela espera passiva da reforma legal. Foi a ausência de respostas concretas ao aborto inseguro, resultado direto do regime da criminalização, que levou feministas latino-americanas a se organizarem, no final dos anos 2000, em torno do que hoje é conhecido como aborto autônomo (Braine, 2023). Essa história é também a de uma grande experimentação social que, inicialmente informal, vem produzindo outra institucionalidade em torno do aborto (Assis, 2026).

A disseminação do misoprostol na América Latina foi decisiva nesse processo. Registrado no Brasil em 1986, o medicamento podia inicialmente ser adquirido nas farmácias sem receita. No início dos anos 1990, pesquisas já documentavam seu uso por mulheres para iniciar abortos que seriam concluídos, de forma segura, no sistema público de saúde (Barbosa; Arilha, 1993; Coêlho et al., 1994). O misoprostol permitiu dissociar a segurança

Artigo Article

do aborto de sua realização no sistema formal de saúde e tornou evidente algo que as feministas há muito sustentam: a principal fonte de abortos inseguros não é a clandestinidade em si, mas a criminalização (Assis; Erdman, 2022). Enquanto as lutas pela legalização⁶ deixavam pessoas que abortavam à espera de reformas futuras, ativistas adaptaram orientações técnicas da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Federação Latino-americana de Sociedades de Obstetrícia e Ginecologia (FLASOG) aos contextos e recursos locais, e desenvolveram modelos de cuidado integral fora do sistema formal de saúde (Assis et al., 2022; Mines et al., 2013). Como afirmou Ruth Zurbriggen, ativista-pesquisadora da rede argentina *Socorristas en Red*, “não podíamos deixar que as pessoas esperassem a aprovação de uma futura e incerta lei para terem um aborto cuidado e seguro”.

Guiadas pela convicção de que “ajudar não é um crime”, como Mariana ouviu repetidamente em diferentes espaços, essas ativistas criaram infraestruturas de cuidado baseadas em dois princípios: mulheres e pessoas com útero podem administrar seus próprios abortos, e pessoas sem treinamento médico podem oferecer informações baseadas em evidências e acompanhamento de qualidade (Larrea et al., 2012). Articulando informação técnica, apoio emocional, material e logístico, redução de danos e enfrentamento dos riscos da criminalização, as redes criadas por essas ativistas deslocam o próprio critério de legitimidade: o cuidado deixa de depender da prova de inocência, sofrimento ou excepcionalidade, e passa a se organizar em torno da decisão, dos desejos e das necessidades de quem aborta.

Em junho de 2008, um grupo de ativistas fundou, em Quito, no Equador, a primeira linha direta de aborto seguro na região. Na *Virgen del Panecillo* (Figura 5), penduraram um pano com a inscrição “*SU DECISIÓN ABORTO SEGURO, 099004545*”, divulgando o número da linha e afirmando o aborto como decisão das mulheres. Segundo elas, a escolha da Virgem declarava que todas as mulheres tinham direito a decidir sobre suas gestações, “*inclusive la Virgen María quien fue consultada sobre la continuación de su embarazo*” (Salud Mujer, 2011). O gesto desautorizava o dispositivo que hierarquiza razões para abortar: a legitimidade do aborto não dependeria da natureza da causa invocada, mas do reconhecimento de que continuar ou interromper a gestação é uma decisão que cabe à pessoa que a vive.

⁶ Quando falamos em “lutas pela legalização do aborto” estamos falando de movimentos que privilegiam estratégias de caráter jurídico, ou seja, que demandam que o parlamento legisle o direito ao aborto ou que o judiciário o reconheça por meio de decisão vinculante. Para uma análise aprofundada das diferenças entre as estratégias de mobilização jurídica e as de ação direta, veja Assis (2026).



Figura 5. Ato de lançamento da Línea de información Aborto Seguro da Colectiva Salud Mujeres, em Quito, Equador, 2008. Fonte: Salud Mujer (2011).

Ao redor do mundo, linhas semelhantes hoje fornecem informações sobre o uso do medicamento, acompanhamento remoto, encaminhamento a provedores confiáveis, além de produzirem materiais públicos e dados epidemiológicos sobre a qualidade e a eficácia dos cuidados e a prevalência dos abortos clandestinos (Gerdtz et al., 2020; Gerdtz; Hudaya, 2016). Um exemplo é o manual sobre *“cómo hacerse un aborto con pastillas”* (Figura 6), produzido por *Lesbianas y Feministas por la Descriminalización del Aborto*. Com cores vivas, comprimidos sorridentes e uma Barbie que relata ter sido “bárbaro” seu aborto, o documento apresenta o aborto como experiência que não precisa estar associada à vergonha ou à culpa. Ao mobilizar a ideia do “faça você mesma” e afetos ligados ao orgulho LGBTQIA+, sua iconografia rompe com repertórios centrados no sofrimento, inscrevendo o aborto no campo da irreverência, da autonomia e de formas não reprodutivas de felicidade e prazer.

Não se trata apenas de uma estética mais leve do que a frequentemente associada ao aborto (cabide, sangue, morte), mas da recusa da tristeza, vergonha ou penitência como condição de legitimidade.



Figura 6. Todo lo que querés saber sobre cómo hacerse un aborto con pastillas, capa de livro, 2010. Fonte: Lesbianas y feministas por la descriminalización del aborto

Outra estratégia desse ativismo é o *acompañamiento*: apoio informativo, emocional e prático durante todo o processo. Seu modelo mais conhecido é o da rede argentina *Socorristas en Red: Feministas y Transfeministas que Abortamos*, cujo próprio nome reivindica publicamente, na primeira pessoa do plural, a experiência do aborto, recusando a vergonha e o silenciamento que tradicionalmente a cercam. Participantes da *Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito*, em 2012 as Socorristas partiram para a ação direta e organizaram os “socorros rosas”. A rede continua acompanhando abortos mesmo após a legalização porque “a lei não chega a todo mundo” (webinário, fevereiro de 2021). Inclusive em gestações avançadas, seu modelo combina autonomia decisória com cuidado holístico, acolhedor e desestigmatizante, que parte da “singularidade de cada história e desejo pessoal” (Assis et al., 2022; Zurbriggen et al., 2018). O acompanhamento redistribui, assim, a autoridade sobre o aborto, retirando-a do monopólio médico-jurídico e reinscrevendo-a na relação entre informação, apoio e decisão situada (Assis; Erdman, 2022).

Essa política também aparece na linguagem e nos signos refletidamente escolhidos pelas ativistas. Em vez de evitarem termos criminalizados e degradados, elas reivindicam o aborto livre, acendem velas para a *Santa Abortera*, abrem as portas de uma *abortería* (Fi-

gura 7) e fazem circular slogans como “*Ámate a ti misma. Regálale un aborto*”. Como no movimento de prostitutas, o signo degradado é reinscrito publicamente e transformado em linguagem de pertencimento, humor, orgulho e desafio político. Esses gestos legitimam abortos que escapam às narrativas de tragédia ou excepcionalidade e deslocam os afetos publicamente disponíveis para falar deles, da compaixão e da culpa para a amizade, o autocuidado e a decisão vivida em seus próprios termos.



Figura 7. *La abortería*, em Monterrey no México, mantida pela Red Necesito Abortar. Fonte: Silva (2022).

No Brasil, a música *Embaixo da Língua – o Brega-Funk do Miso*, composta e interpretada por Rayssa Dias em parceria com a campanha *Nem Presa Nem Morta* e organizações feministas, oferece uma imagem particularmente expressiva desse deslocamento (Figura 8).⁷ Ao transformar orientações baseadas em evidências sobre o uso do misoprostol em um refrão dançante, o brega-funk faz o conhecimento técnico circular em linguagem popular, direta e irreverente. Essa mudança é reforçada pela estética do videoclipe: em um dia ensolarado, à beira de uma piscina, a cantora aparece de maiô, comendo frutas e dançando, em uma atmosfera de tranquilidade e prazer. O aborto aparece não como crime ou tragédia, mas como prática de cuidado sobre a qual é possível compartilhar informações de maneira aberta, alegre e descomplicada. Assim como a *puta politics* reinscreve a prostituição em chave de direitos e visibilidade, o aborto autônomo reinscreve o aborto em

⁷ O videoclipe está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MjS4e9BT7-4>. Acesso em 23/8/26.



Figura 8. Caixinha (contendo chicletes) utilizada como material de divulgação do brega-funk *Embaixo da língua*. Fonte: Rede Feminista de Saúde (2025)

Tanto o movimento de prostitutas quanto o ativismo feminista pelo aborto autônomo não respondem às dicotomias morais que os interpelam simplesmente invertendo seus sinais, substituindo o “ruim” pelo “bom”. O que ambos fazem é deslocar o próprio terreno em que a legitimidade de práticas e sujeitos é disputada. Em vez de aceitarem que prostituição e aborto só possam ser reconhecidos quando enquadrados pela tragédia, vitimização, excepcionalidade ou por um “bem maior”, esses movimentos constroem práticas, linguagens, políticas e formas de cuidado que retiram do Estado, da medicina e da moral dominante o poder de definir de antemão quais sujeitos, razões, afetos e desejos podem aparecer como legítimos. Com isso, não eliminam as contradições desses campos, mas fazem delas matéria de política, solidariedade e resistência. Na conclusão, delineamos uma agenda para os feminismos a partir do que aprendemos com esses movimentos.

Conflito, contradições, complexidades: Sugestões para uma agenda contemporânea feminista que abraça em vez de apagar

Em seu artigo seminal *“Purity, Impurity and Separation”*, María Lugones (1994) questiona as “políticas da pureza e da separação”, explorando a natureza inclassificável da mes-

tizaje como uma fonte fundamental de resistência contra lógicas de controle. Para resistir ao poder, Lugones sugere engajar numa “resistência festiva”, por meio do borramento, da mistura, da renomeação e de caricaturização dos “eus que somos nos mundos de nosso opressore, infundindo-os com ambiguidade” (1994, p. 478). Central em seu argumento é a ideia, particularmente útil para pensar como os feminismos lidam com temas difíceis na contemporaneidade, de que as políticas de pureza e de separação são políticas de controle e de que é preciso quebrar e abandonar as dicotomias. Ao longo deste artigo, procuramos mostrar que o uso político, ainda que “estratégico”, de discursos purificados sobre aborto e prostituição, moldados para serem palatáveis ao poder, tendem a reforçar as próprias estruturas que produzem e mantêm as desigualdades que os feminismos deveriam combater.

Argumentamos que ativistas pelos direitos das prostitutas e pelo aborto autônomo desempenham um papel fundamental não apenas em complicar e borrar dicotomias entre “bom” e “ruim” nos campos da sexualidade e da reprodução, mas também em deslocar o próprio terreno em que a legitimidade é disputada. Seus discursos e práticas desafiam moralidades e estigmas que atravessam esses campos e ensinam que contradições precisam ser reconhecidas e desestabilizadas ao invés de eliminadas, contribuindo assim para dismantelar sistemas produtivos do biopoder.

Em ambos os casos, vimos, primeiro, a recusa da ideia de que reconhecimento político deva depender de inocência, pureza moral ou vitimização. Segundo, a produção de formas alternativas de autoridade: no caso das prostitutas, por meio da performance, da ironia, da presença pública e do saber político situado; no caso do aborto autônomo, por meio de infraestruturas de cuidado, circulação de conhecimento, desmedicalização e ação direta. Terceiro, o deslocamento do foco da moralização individual para as condições estruturais de desigualdade, criminalização e estigma. E, quarto, talvez mais importante, a demonstração de que políticas emancipatórias não precisam apagar contradições para existir; podem operar justamente a partir delas, produzindo espaço para a emergência de uma outra política.

As práticas desses movimentos podem ser lidas, assim, na chave dos “saberes burlativos”, tal como os definem Adriely Clarindo, Jésio Zamboni e Rafaela Martins (2022). Construídos a partir das fissuras e contradições presentes em contextos como as “zonas de putaria”, esses saberes abrem espaços de solidariedade e afinidades, complexificando ensinamentos feministas sobre sororidade. O ponto principal dos autores, e particularmente fértil para as questões aqui examinadas, é a improdutividade da rigidez das regras em campos atravessados por conflito, desejo, desigualdade e ambivalência.

“Resistência festiva” e “saberes burlativos” são chaves importantes para pensar abordagens mais fluidas, complexas e ambíguas, capazes de enfrentar os impasses contemporâneos dos feminismos em torno de questões conflitivas como prostituição e aborto. Com este trabalho, esperamos contribuir para este campo de reflexão, política e investigativa, que nos parece especialmente frutífero e busca compreender como ativismos feministas reorganizam e tornam visíveis configurações hierárquicas da sexualidade e do poder. Nos-

Artigo Article

sa aposta está em caminhos mais flexíveis, criativos e plurais em direção a direitos afirmativos, no campo da sexualidade e da (não)reprodução, que começaram a ser trilhados décadas atrás, e que nos ajudam também a imaginar formas menos purificadoras, menos moralizantes e mais emancipatórias de política feminista daqui para a frente.

Agradecimentos

Agradecemos às ativistas com quem aprendemos cotidianamente, sem cuja generosidade e parceria este trabalho não seria possível. Agradecemos também à coordenação do GT 52 da ANPOCS (2023), Regina Facchini e Roberto Efrem Filho, à Vanessa Sander e a Adriana Piscitelli, pelas contribuições à primeira versão deste artigo apresentada no evento. Agradecemos também a José Miguel Olívar pela leitura atenta, comentários e sugestões, a uma versão posterior. Eventuais limitações e equívocos são de nossa exclusiva responsabilidade.

Referências

ABRAMS, Paula. The bad mother: stigma, abortion and surrogacy. **Journal of Law, Medicine & Ethics**, v. 43, n. 2, p. 179-191, 2015.

ASSIS, Mariana Prandini. Prefiguring abortion freedom con los manos. In: REBOUCHÉ, Rachel; ROSEMAN, Mindy Jane (ed.). **Accessing abortion: global and comparative perspectives**. New York: New York University Press, 2026. p. 89-106.

ASSIS, Mariana Prandini et al. Abortion care in times of crisis: an autonomous feminist model in Latin America and the Caribbean. In: O'DWYER, Emma; SOUZA, Luiz G. S. (ed.). **Psychosocial perspectives on community responses to Covid-19**. London: Routledge, 2022. p. 107-118.

ASSIS, Mariana Prandini; ERDMAN, Joanna N. Abortion rights beyond the medico-legal paradigm. **Global Public Health**, v. 17, n. 10, p. 2235-2250, 2022.

ASSIS, Mariana Prandini; SANTOS, Nara Menezes. Aborto por violación en redes sociales de Brasil: entre narrativas exitosas y dicotomías morales. **Íconos: Revista de Ciencias Sociales**, v. 28, n. 80, p. 91-114, 2024.

BARBOSA, Regina Maria; ARILHA, Margareth. A experiência brasileira com o Cytotec. **Revista Estudos Feministas**, v.1, n. 2, p. 408-417, 1993.

BARRETO, Lourdes. **Putá autobiografia**. São Paulo: Claraboia, 2023.

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory; SILVA, Ana Paula da. O mito de Maria, uma traficada exemplar: confrontando leituras mitológicas do tráfico com as experiências de migrantes brasileiros, trabalhadores do sexo. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 19, n. 37, p. 79-105, 2011.

BODELSON, Sarah. Everyday bordering and the struggle for reproductive justice in Ireland. In: SELBERG, Rebeca; KOLANKIEWICZ, Marta; MULINARI, Diana (ed.). **Struggles for reproductive justice in the era of anti-genderism and religious fundamentalism**. London: Palgrave Macmillan, 2023. p. 71-100.

CLARINDO, Adriely; ZAMBONI, Jésio; MARTINS, Rafaela Werneck Arenari. Andando entre cabarés: conhecendo os saberes da putaria. **Cadernos Pagu**, n. 65, e226504, 2022.

COÊLHO, Helena L. et al. Misoprostol: the experience of women in Fortaleza, Brazil. **Contraception**, v. 49, n. 2, p. 101-110, 1994.

CORRÊA, Sonia et al. A política da prostituição no Brasil: entre a “neutralidade do Estado” e os “problemas feministas”. **Iluminuras**, v. 22, n. 59, p. 296-334, 2021.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, n. 53, 185301, 2018.

DONINI, Angela et al. Toda memória é da vida. In: BATTHYÁNY, Karina; VOMMARO, Pablo (ed.). **Democracia, derechos humanos y paz**. Buenos Aires: CLACSO, 2025. p. 75-138.

ERDMAN, Joanna. The politics of global abortion rights. **The Brown Journal of World Affairs**, v. 22, n. 2, p. 39-57, 2016.

FREITAS, Lúcia Gonçalves de. A decisão do STF sobre aborto de fetos anencéfalos: Uma análise feminista de discurso. **Alfa: Revista de Linguística**, v. 62, n. 1, p. 11-34, 2018.

GERDTS, Caitlin; HUDAYA, Inna. Quality of care in a safe-abortion hotline in Indonesia. **American Journal of Public Health**, v. 106, n. 11, p. 2071-2075, 2016.

GERDTS, Caitlin et al. Effect of a smartphone intervention on self-managed medication abortion. **International Journal of Gynecology and Obstetrics**, v. 149, n. 1, p. 48-55, 2020.

GRIMES, David A. et al. Unsafe abortion: the preventable pandemic. **The Lancet**, v. 368, n. 9559, p. 1908-1919, 2006.

HOOKS, bell. **Feminism is for everybody**. London: Pluto Press, 2000.

Artigo Article

LARREA, Sara; PALÊNCIA, Laia; BORRELL, Carme. Medical abortion provision and quality of care. **Health Care for Women International**, v. 43, n. 5, p. 484-502, 2022.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2009

LEITE, Gabriela S.; MURRAY, Laura; LENZ, Flavio. The peer and non-peer: the potential of risk management for HIV prevention in contexts of prostitution. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, supl. 1, p. 7-25, 2015.

LENZ, Flavio. As Rosas já Falam: Prostitutas e travestis decidem como trabalhar com Aids e prostituição. **Beijo da rua**, n. 4, p. 4-5. 1990.

LUGONES, María. Purity, impurity, and separation. **Signs**, v. 19, n. 2, p. 458-479, 1994.

MCKINNEY, Claire. A good abortion is a tragic abortion. **Hypatia**, v. 34, p. 266-285, 2019.

MILLAR, Erica. Maintaining exceptionality: interrogating gestational limits for abortion. **Social & Legal Studies**, v. 31, n. 3, p. 439-458, 2022.

MINES, Ana et al. El aborto lesbiano que se hace con la mano: continuidades y rupturas en la militancia por el derecho al aborto en Argentina (2009-2012). **Bagoas: Estudos Gays, Gêneros e Sexualidades**, v. 7, n. 9, p. 133-160, 2013.

MURRAY, Laura. Victim management and the politics of protection: between “fazer direito” and “direitinho”. **Revista Artemis**, v. 18, n. 1, p. 28-41, 2014.

MURRAY, Laura. **Not fooling around: The Politics of Sex Work Activism in Brazil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociomédicas) – Columbia University, New York, 2015.

O’CONNELL, Ciara. **Women’s reproductive rights: repairing gender-based harm in the Inter-American System of Human Rights**. Tese (Doutorado) – University of Sussex, Brighton, 2017.

OLÍVAR, José Miguel Nieto. **Devir puta: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional. In: BARBOSA, Regina M.; PARKER, Richard (org.). **Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder**. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 15-38.

PISCITELLI, Adriana. Love and anger: putafeminismos/whore feminism in Brazil. **Global**

Public Health, v. 17, n. 10, p. 2401-2414, 2022.

PRADA, Monique. **Putafeminismo**. São Paulo: Veneta, 2018.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. O brega-funk do miso segue pelas ruas. Brasil, 23 out. 2025. Instagram: @redefeministadesaude. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DQKr93LkncZ/?img_index=1. Acesso em: 25 ago. 2026.

RUBIN, Gayle S. Thinking sex: notes for a redical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, Carole S. (ed.). **Pleasure and danger: exploring female sexuality**. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1984. p. 267-319.

VANCE, Carole S. (ed.). **Pleasure and danger: exploring female sexuality**. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1984.

VANCE, Carole S. Innocence and experience: melodramatic narratives of sex trafficking and their consequences for law and policy. **History of the Present** v.2, n. 2, p. 200-218, 2012.

ZURBRIGGEN, Ruth et al. Accompaniment of second-trimester abortions. **Contraception**, v. 97, n. 2, p. 108-115, 2018.

Como citar:

ASSIS, Mariana Prandini; MURRAY, Laura Rebecca Murray. Além da moral dicotômica? Discursos, rupturas, e aberturas feministas nos campos de estudos e ativismos sobre aborto e prostituição. Revista Metaxy, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v.7, n. 7.1, p. 104-125, 2026. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>